



**PROVEDOR
DE JUSTIÇA**
Pelos Direitos dos Cidadãos

Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 30
Email: info@provedorjustica.cv
www.provedorjustica.cv

**Venerando Juiz Conselheiro
Presidente do Tribunal
Constitucional**

Dr. José Manuel de Pina Delgado

I. Objeto do Pedido

O Provedor de Justiça, no uso da competência prevista no artigo 280.º da Constituição da República de Cabo Verde (“CRCV”), vem requerer a fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade das normas constantes dos artigos 16.º e 17.º da Lei n.º 70/VIII/2014, na parte em que excluem os profissionais liberais — incluindo os advogados — do Regime Simplificado para Micro e Pequenas Empresas (REMPE).

Sustenta-se que tal exclusão viola os princípios da igualdade tributária e da capacidade contributiva, consagrados nos artigos 23.º, 24.º e 93.º da CRCV.

II. Enquadramento Jurídico e Regime Aplicável

1. A Lei n.º 70/VIII/2014 instituiu o REMPE, regime simplificado de tributação que permite que micro e pequenas empresas:

- não possuam contabilidade organizada;
- paguem um Tributo Especial Único correspondente a 4 % do volume de negócios;
- estejam dispensadas de técnicos de contas e de obrigações declarativas complexas.



2. O legislador excluiu expressamente os profissionais liberais desse regime (arts. 16.º e 17.º).
3. Assim, todos os Advogados, independentemente do volume dos seus rendimentos, ficam obrigados ao regime de contabilidade organizada, com todas as obrigações acessórias próprias das empresas não abrangidas pelo REMPE.
4. Conforme demonstrado no parecer jurídico da RFF & Associados apresentado pela OACV (cfr. Doc. 1), essa estrutura gera encargos desproporcionais para advogados em prática individual, sobretudo em início de carreira.

III. Desproporcionalidade do Regime

O regime atualmente vigente traduz-se em três problemas fundamentais:

1. Tratamento igual de situações profundamente desiguais: microempresas com faturação até 10 000 contos podem aderir ao REMPE, enquanto advogados com faturação muito inferior ficam sujeitos a um regime mais pesado e oneroso, com consequências nefastas, designadamente a evasão fiscal involuntária e a ausência de cobertura contributiva perante o INPS.
2. Cumulação de retenção na fonte com pagamentos fracionados, sem regras de adequação proporcional.
3. Ausência de fundamentação objetiva que justifique a exclusão categorial dos profissionais liberais.



**PROVEDOR
DE JUSTIÇA**
Pelos Direitos dos Cidadãos

Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 30
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

IV. Violação dos Princípios Constitucionais

- 1. Violação do princípio da igualdade** (arts. 23.º e 24.º da CRCV): a exclusão dos advogados do REMPE revela-se arbitrária e não assente em critérios económicos ou fiscais objetivos.
- 2. Violação do princípio da capacidade contributiva:** a estrutura fiscal vigente presume rendimentos uniformes e ignora a realidade económica dos profissionais liberais, originando encargos desproporcionais.
- 3. Violação da proibição do arbítrio do legislador fiscal:** a distinção meramente categorial carece de racionalidade material e mostra-se incompatível com o tratamento igualitário devido aos contribuintes.

Assim, por todo o exposto, suscita-se a questão de saber se a solução consagrada no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRPS), ao classificar todos os profissionais liberais de igual forma, independentemente do rendimento efetivamente auferido, se encontra em consonância com o princípio da igualdade previsto no artigo 24.º da CRCV.

V. Pedido

Nestes termos, requer-se ao Tribunal Constitucional que:

- i.** Aprecie e declare, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade das normas constantes dos artigos 16.º e 17.º da Lei n.º 70/VIII/2014, de 26 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 12/2016, de 1 de março, bem como das disposições correspondentes do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRPS), na parte em que excluem os



PROVEDOR DE JUSTIÇA

Pelos Direitos dos Cidadãos

Avenida da China, Cidade da Praia,
CP: 237A, República de Cabo Verde
Telefones: (+238) 260 13 34 / (+238) 260 38 30
VOIP (+238) 350 38 30
Email: info@provedordejustica.cv
www.provedordejustica.cv

profissionais liberais — incluindo os advogados — do regime de micro e pequenas empresas (REMPE);

ii. Determine a eliminação da discriminação tributária, restituindo o pleno respeito pelos princípios da igualdade e da capacidade contributiva.

O Provedor de Justiça


/José Carlos Delgado/

Praia, 2 de fevereiro de 2026

Junta: 1 documento (Parecer Jurídico)